CORREIO POLÍTICO

POR **RUDOLFO LAGO**

BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL

Diálogo com robôs nas redes distorce ambiente político

Uma a cada quatro interações nas redes sociais é com robôs

A polêmica em torno da possibilidade de as redes sociais estarem agindo de forma parcial nas eleições brasileiras é somente parte de um grande problema, que vem sendo há tempos alertado pelo presidente do Instituto Brasileiro para a Regulamentação da Inteligência Artificial (IRIA), Marcelo Senise. Mais e mais, o debate político e social se desloca do mundo real para o mundo virtual. Se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, se aproxima neste momento de Flavio Bolsonaro, do PL, e tenta reduzir a desvantagem do primeiro turno, isso vem se dando por uma presença maior nas ruas, mas também por uma presença maior nas redes sociais, terreno que era dominado pela direita. Há, porém, dois problemas aí. O primeiro: quanto Lula conseguirá de fato avanço no mundo virtual se os donos das empresas que o comandam têm todos perfil conservador?

O que acontece nas redes pode ser artificial

O segundo, que é um alerta não apenas para Lula, mas para todo o planeta: quanto daquilo que acontece e reverbera nas redes sociais é real e não artificial? Uma investigação do IRIA acendeu um alerta sobre a autenticidade do debate político nas redes. Um estudo, realizado com a plataforma Sentinela Eleitoral/Polijetro, examinou mais de 33 mil contas de diferentes ecossistemas políticos brasileiros. E verificou que aproximadamente 24% apresentaram indícios de provável automação.

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL

Fandons ajudam a mobilizar atos dos últimos dias

Neurobots: robôs que conversam

Ou seja: uma a cada quatro interações nessas redes é com robôs ou com neurobots, um modelo ainda mais avançado e perigoso de interação artificial. Os robôs tradicionais são aqueles programados para dar em grande quantidade respostas automáticas mais simples. Ou seja: reagem dizendo somente coisas como "Flávio22" ou "Lula 13". Os neurobots, porém, conversam, argumentam, replicam. Estão programados para interagir de modo a convencer o interlocutor ao final da conversa.

Quantas manifestações são reais?

"O dado não significa que sejam perfis fictícios ou que tenham alterado votos, mas levanta uma questão incômoda: quantas manifestações de apoio ou rejeição que parecem espontâneas podem estar sendo amplificadas artificialmente?", questiona Marcelo Senise. Para o presidente do IRIA, o risco já não está apenas nas fake news, mas na possibilidade de fabricar a aparência de uma maioria.

Ambiente seguro?

Para Senise, esse é o grande problema que se aponta para o futuro. Nestas eleições, ninguém mais questionou a segurança do sistema eletrônico de votação. As urnas são seguras. Mas é seguro o ambiente virtual no qual a grande maioria do debate político hoje acontece? Para o presidente do IRIA, esse hoje é o grande risco.

Big techs

Na posse de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos em 2025, estiveram presentes os proprietários de todas as big techs que controlam as principais redes sociais do planeta. Assim, Senise não duvida da possibilidade de essas redes, por alinhamento, entregarem seu conteúdo político de maneira parcial.

Algoritmos

Alguns movimentos, como do "Exército de Lula" de André Janones, tentam desvendar a caixa-preta dos algoritmos da rede. Conseguem alguns avanços, mas não tudo. Porque as redes se recusam a dizer como se programam sobre o alcance das postagens. "Vejo uma necessidade absoluta de investigação do comportamento algoritimico".

Fandons

Marcelo Senise observa, porém, um fenômeno interessante acontecendo que, de certa forma, parece quebrar a lógica dos algoritmos nas redes: a ampliação do alcance das postagens via fandons, como são conhecidas as comunidades de fãs de algum influenciador ou celebridade. O cientista político Antônio Lavareda também já percebera.

Capital herdado

Lavareda anotara que atos como o de Cobacabana na segunda-feira (12) fora convocado não pela organização da campanha de Lula, mas por estudantes e pelos fandons. Esses grupos de fãs ajudam a furar as bolhas porque eles já estavam constituídos antes de entrar no debate político, explica Marcelo Senise. Possuem "capital algorítimico herdado".

O Círculo

Há, portanto, todo um novo universo que precisa urgentemente de atenção e regulamentação. Ou o jogo da democracia corre o risco real de virar um negócio. Atendendo aos interesses de meia dúzia ou menos de donos de big techs. Há um filme chamado "O Círculo", com Emma Watson e Tom Hanks. Vale a pena assistir.

GUSTAVO MORENO/STF

OAB quer limitar o exagero de decisões monocráticas no STF

OAB propõe freios a decisões individuais no Supremo

Medida busca fortalecer julgamentos colegiados e reacende debate

Por **Beatriz Matos**

Até onde um único ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) pode decidir sobre questões que afetam os demais poderes? A discussão voltou ao debate jurídico após o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aprovar, nesta semana, uma proposta para limitar decisões monocráticas, tomadas individualmente por magistrados, especialmente em casos de grande impacto institucional.

A entidade defende que medidas cautelares e decisões que interfiram na atuação do Executivo e do Legislativo sejam submetidas ao colegiado em prazo razoável. Também propõe regras para pedidos de vista, evitando a paralisação prolongada de julgamentos. A iniciativa integra um conjunto de seis propostas de reforma do Judiciário, que inclui mandatos definidos para ministros do Supremo e um Código de Conduta.

LIMITES

Para Samantha Louzeiro, advogada especialista em direito regulatório, a Constituição permite estabelecer limites sem comprometer a autonomia do tribunal. Ela explica que as atribuições individuais dos relatores decorrem principalmente do Código de Processo Civil e do Regimento Interno do STF, podendo ser regulamentadas por lei, mudanças regimentais ou emenda constitucional.

"Disciplinar como, em que prazo e por quem as decisões são tomadas é constitucional. Impedir o tribunal de decidir que não seria", afirma. A especialista ressalta que a separação dos Poderes e o acesso à Justiça precisam ser preservados.

O alcance das decisões individuais ajuda a dimensionar a discussão. Segundo dados apresentados pelo presidente do STF, Edson Fachin, citados por Louzeiro, 80,5% das decisões da Corte em 2025 foram monocráticas. A advogada pondera que grande parte corresponde a procedimentos rotineiros, como recursos contrários à jurisprudência consolidada.

O problema, segundo ela, está nas liminares capazes de suspender leis ou políticas públicas sem posterior confirmação pelo colegiado. Desde 2020, foram 5.820 liminares monocráticas, das quais 94 ainda aguardavam julgamento coletivo em junho de 2026, conforme os números apresentados pela especialista.